**SUJEITOS VIGIADOS E VIGILANTES NA SOCIEDADE DE CONTROLE**

**Tania Coelho dos Santos et alli**

O tema proposto nos convidou a repensar os efeitos de poder, saber e prazer que o campo do olhar engendra nos dias de hoje. Propomos como eixo, a tese de Foucault: a modernidade consiste num rebaixamento geral da lei simbólica à norma social. De acordo com Lacan (1973-1974: aula de 9/3/1974), no discurso da civilização contemporânea, o Nome do Pai foracluido do simbólico retorna no real das normas sociais. Interpretamos suas palavras no seguinte sentido: a metáfora como operador simbólico foi substituída pela média estatística. O Nome do Pai orienta as identificações pelo ideal do eu. Diferentemente do ideal do eu, o que prevalece hoje é a identificação ao pequeno outro como par.

Os grupos de pares organizam-se como tribos. Um novo imaginário manifesta-se no discurso politicamente correto, nova ordem de ferro, mais feroz do que a interdição pelo Nome do Pai. Em lugar de orientarem-se por um ideal coletivizado, os indivíduos precisam discernir qual é o grupo ao qual pertencem. Nossa tese é: a cidade está tribalizada. Este novo imaginário é regulado pela intensificação da vigilância interativa entre os semelhantes, que zelam pela adequação à norma. As tribos reivindicam direitos iguais aos dos indivíduos de outras tribos. As vezes, reivindicam o direito de serem tratadas como exceção e defendem-se acusando a sociedade de abuso, violência ou discriminação. Na era da absolutização do direito ao gozo é preciso vigiar e ser vigiado.

Em seu conhecido livro intitulado “Vigiar e Punir”, Foucault descreve a extraordinária inversão da economia de visibilidade que se deu na passagem do Antigo Regime à modernidade. O poder majestático do rei manifestava-se em na riqueza de suas vestes e no aparato exuberante de seus palácios e da corte que o cercava. A riqueza devia evidenciar a encarnação do poder divino em sua pessoa, aqui na terra. A arte de punir exemplarmente os criminosos, com a exibição pública de torturas bárbaras e demoradas, servia igualmente para demonstrar a assimetria de forças entre o soberano e seus súditos e desencorajar os parricidas e regicidas. O olhar do súdito capturado, hipnotizado pela exuberância do poder majestático sujeitava ao soberano. O supereu apresentava-se inteiramente externalizado, e seus efeitos dependiam da duração na memória das imagens sedutoras ou aterrorizantes.

Segue-se à revolução francesa, o nascimento do Estado moderno. O poder que sujeita pela hipnose é substituído pelo olhar panóptico que vigia, controla, examina, previne e disciplina os corpos tornando-os úteis e dóceis. A economia de visibilidade se inverte. O cidadão comum se converte em objeto do olhar vigilante de um observador invisível refugiado em sua torre panóptica. O supereu das identificações secundárias, sede da consciência moral, será o herdeiro dessa inversão da economia de visibilidade. O sujeito que é olhado, também se olha, torna-se capaz de vigiar-se, recompensar-se ou castigar-se.

De acordo com Gerard Wajcman[[1]](#footnote-1) (2011) estaria em curso uma mudança sem precedentes em nossa relação com o mundo, com nosso corpo e com nosso próprio ser. A hipermodernidade é uma civilização do olhar absoluto. Há olhos por todos os cantos, extensões maquinicas do olho, "próteses do olhar". Esse deus onividente, onivoyeur, é fabricado com o auxílio da tecnologia. "Nós somos uma nova raça de voyeurs modernos. (...) Haveria uma ameaça pesando sobre o íntimo" - (pq. 44) "A guerra política do sujeito engaja-se nisso" (pg. 51) "Ora, não se trata apenas de de um conjunto frio de de dispositivos e máquinas que nos examinam dia e noite. Podemos nomeá-lo também de o Olho Universal. “Um desejo anima este olho" (pg. 76) Erly Alexandrino questionou essa retórica que tem o efeito de inflamar os ânimos, convocar à luta pela causa do íntimo. Uma guerra em nome da sombra e do direito de mentir, esconder, para preservar um espaço de intimidade onde o sujeito poderia “olhar-se” em sua opacidade e perceber-se enquanto enigma. O inimigo para Wajcman é o discurso da ciência que se encarna em dispositivos científicos como câmeras de vídeo vigilância.

Nossa perspectiva é outra. O discurso da ciência não é um desejo autônomo de ver e saber. É o discurso coletivo – politicamente correto – que é absolutamente paranoico, não cessa de apontar supostas vítimas de preconceito ou violência e clama por mais e mais segurança. Os indivíduos segmentados em tribos, tornaram-se perigosos uns para os outros. Diferentemente de Wajcman, advogamos a tese de que o campo do olhar nos dias de hoje excede o domínio da vigilância. Na modernidade, o olhar panóptico exercia seu poder de vigilância, exame e disciplina, ao preço de ocultar-se. O mestre via sem ser visto. Hoje o olhar não é mais oculto, ao contrário, está a céu aberto. A vontade contemporânea de "tudo ver" é tirânica e nasce de um imperativo político, e não científico, de transparência que atravessa e comanda toda a ordem social. Vigiar e ser vigiado é uma dimensão essencial da vida pública, quando vivemos divididos em tribos que se digladiam pelo direito ao gozo na cena social. Esta guerra por direitos, eleva a um direito absoluto a liberdade de expressão em detrimento do direito à privacidade. Basta observarmos a recente decisão do Supremo Tribunal Federal que legítimou a publicação de biografias sem que seja necessária a autorização do biografado. Quem achar que sua privacidade foi invadida que vá reclamar com o Juiz e exigir indenização. O direito de bisbilhotar a vida alheia é mais importante do que o direito de preservar a própria imagem, privacidade e intimidade. Assim pensam nossos juízes. Mais uma vitória do discurso políticamente correto. O culto à privacidade individual ou familiar é perigoso. Serve para ocultar práticas criminosas, potencialmente danosas aos interesses de outros indivíduos ou grupos.

Em nome da liberdade de expressão, cresce a desconfiança paranoica em relação a todo e qualquer segredo, a tudo que é privado, a tudo que é percebido como íntimo. Nós, psicanalistas, sabemos muito bem que o gozo opaco não pode ser extinto. Por essa razão, advogamos que o voyeurismo e o exibicionismo estão no comando. É mais uma prova da tese lacaniana da ascensão ao Zenith da civilização do objeto a. A pulsão escopica nos governa. O gozo de ser visto, acompanha o gozo de tudo mostrar, tudo exibir e tudo dar a ver, tudo bisbilhotar, tudo ver, tudo saber. Nunca fomos tão parecidos uns com os outros! Nunca a reivindicação de ser reconhecido como exceção, serviu tão perfeitamente ao imperativo politicamente correto de inclusão social. Todos incluídos e devidamente normatizados.

Retomando o ponto de partida. O princípio identificatório não é mais a exceção que falta à ordem simbólica. O sujeito, na civilização do gozo escópico, identifica-se com a subjetividade “média” de seu grupo. Aspira conformar sua subjetividade à norma ou ao consenso social. Por essa razão, vivemos na época dos comitês de pares. Os comitês são norm-ativos, fazem a norma. A verdade nasce do consenso entre pares. Toda tradição, herança simbólica e transcendência é suspeita de abrigar o segredo, o oculto, o oracular e conspirar contra a vontade ardente de perfeita simetria intersubjetiva e transparência absoluta.

Se Foucault escrevesse um livro sobre o exercício do poder na contemporaneidade, poderia chamar-se assim: “Espiar e exibir-se”. Esse livro evidenciaria que o campo do olhar, nos dias de hoje, demonstra sua analítica das relações concretas de poder. A tese central deste autor é a de que o poder não se reduz à forma da interdição da lei. Não emana de um centro, resulta de uma multiplicidade de correlações de força, imanentes ao domínio onde se exercem. Não é algo que se adquira, se arrebate, ceda... O poder se exerce, produzindo saber e prazer. Em particular, o poder sobre o sexo, que não rejeita, oculta, exclui, barra ou mascara. Tudo exibe e tudo espia.

Passemos então ao paradoxo do gozo em jogo na inflação da vigilância na contemporaneidade. O sujeito que vigia não é, talvez, mais aquele que é observado por uma instância crítica internalizada, o supereu pós-edípico. Se ele vigia seus pares e é vigiado por eles, é porque a consciência moral está situada do lado de fora, na rede de olhares que se espreitam. A chamada sociedade do controle e da prevenção, com suas câmeras de vigilância 24 horas, com suas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) não esconde o quanto as nossas cidades se tornaram hostis e perigosas.

O sujeito que não se vigia, que não se auto-regula, é potencialmente, uma ameaça para o vizinho, como lembra Rachel Amin, com base em sua experiência em favelas cariocas. Observa-se que na falta de um supereu que regule a distinção entre privado e público, a barreira do pudor se desmancha. Angélica Tironi recorda que fotos, vídeos e postagens de crimes e de atos cruéis são cada vez mais comuns nas redes sociais. Em seus perfis, bandidos e facções criminosas estão usando a internet para divulgar seus feitos, assumirem a autoria de crimes e fazerem ameaças à polícia. O comportamento exibicionista destas pessoas revela uma grande ousadia. Esse tipo de prática tem se tornado comum com a popularidade da internet e a polícia tem acompanhado a movimentação de quem usa as redes sociais para fazer apologia ao crime.

Também a intimidade dos casais tem sido um assunto recorrente na internet. A nova mania do *selfie*, no Instagran, são as imagens dos casais após o sexo, seguidas pela *hastag* #aftersex. Este material, anteriormente escondido, agora é exibido e compartilhado nas redes sociais. O gozo de tudo ver e mostrar, atualmente, vem sendo revindicado como um direito. Até onde se pode dizer que algo é obsceno diante da naturalidade com que a pornografia vem circulando na atualidade? Se o consumo de pornografia estava restrito à sexualidade masculina, agora ele se estende para as mulheres e adolescentes também. Não se vê mais a dissimetria do gozo de homens e mulheres.

A exposição da vida privada nas redes sociais tem crescido a cada dia. A busca de reconhecimento e de aceitação social leva as pessoas a compartilharem com os amigos “virtuais” cada momento de suas vidas. Fotos de adolescentes seminuas e/ou nuas proliferam na internet. Vale tudo para receber curtidas e alcançar a fama instantânea nas redes sociais. Crescem também as manifestações de agressividade na *web*, um espaço de expressão “ilimitado”. O pudor parece não ter lugar numa época em que tudo pode ser oferecido ao olhar do outro. As questões sobre a proteção de nossa intimidade contra o traumatismo da exposição indesejada ou sobre a segurança das informações compartilhadas na rede são cada vez mais constantes.

Nádia Laguardia trouxe como exemplo o caso de Marina. Foi encaminhada aos 13 anos, para um tratamento analítico porque estava muito angustiada desde que teve uma experiência *traumática* nas redes sociais da internet. De acordo com a adolescente, um colega da escola, com quem ela ficou numa festa, fotografou-a sem blusa e divulgou a sua foto nas redes sociais. Os colegas da escola criaram um grupo no *whatsApp* para *zoá-la*. O grupo cresce a cada dia, e, segundo ela: “A escola não consegue controlar isso”. Marina diz que não quer sair de casa, não acredita mais em ninguém e não consegue se concentrar nos estudos. Além disso, acha que decepcionou o pai e teme perder o seu amor. Comenta que não se sente bem em lugar nenhum, nem mesmo em casa, pois percebe *o olhar* de reprovação dos pais: “Me sinto vigiada em todos os lugares, como se todos estivessem falando de mim, na escola, no clube, na aula de inglês, no *shopping,* até em casa”.

Lina Petraglia observa que lhe salta aos olhos, ou melhor, aos ouvidos, o comportamento das pessoas que falam no celular em lugares públicos sobre os assuntos mais íntimos e particulares, sem o menos pudor. Expondo a si próprios, mas também quem quer que esteja à sua volta, aos detalhes mais sórdidos de suas vidas. Hoje, a barreira entre público e privado desapareceu, e ouvimos e vemos tudo o que se passa na vida de qualquer um, quer por sermos amigos no *Facebook*, ou apenas por estarmos próximos fisicamente. O mais inquietante é que quem fala sobre a própria vida, claramente não se incomoda que os outros o escutem.

No texto “Nota sobre a vergonha” (2003)[[2]](#footnote-2), Jacques-Alain Miller afirma que, desde a década de 70, Lacan denunciou que “a vergonha não estava mais em circulação” (p. 12), pois o olhar do Outro que poderia julgar e provocar vergonha se dissipara em prol de um sujeito que goza ao olhar o espetáculo da pornografia, da carnificina e do horror disseminado na mídia globalizada. O desaparecimento desta vergonha, apensa ao Outro, interessa à psicanálise porque ela “muda o sentido da vida” ao instaurar a vida sem honra; uma vida na qual o sujeito deixa de se fazer representar por um significante-mestre, um S1 que lhe valha. Junto a este desaparecimento, encontramos uma vergonha universal que se formula como imperativo da seguinte forma: “olhem eles gozarem, para gozarem disso” (ibid, p. 11).

Em nossa comunidade, a dos psicanalistas de orientação lacaniana, também estamos atravessados pelo desafio de formalizar os princípios dessa nova subjetividade, disposta a tudo para “ver” e a se fazer ser “visto”. Foi um passo importante, pensar os efeitos da nova cultura do narcisismo sobre os finais de análise. Trazemos aqui um excerto do artigo de Coelho dos Santos (2014)[[3]](#footnote-3) intitulado “Do sujeito sujeitado à lei simbólica à normatividade supersocial dos corpos falantes.” Neste artigo, a autora recorda que Miller (2014[[4]](#footnote-4)) aposta que os testemunhos de passe hoje provam que o sintoma/castração (inconsciente/desejo) foi substituído pelo sinthoma/*pedestal* (narcisismo/sublimação). Esta aproximação da sublimação com o narcisismo é alguma coisa relacionada com a época do falasser. Coelho dos Santos defende que a comissão do passe pode dispensar o Nome do Pai, mas não pode excluir o consenso de pares para nomear os sinthomas e elevá-los á dimensão de paradigmas da subjetividade contemporânea. As nomeações dos sinthomas pela comissão do passe, reconhecem a subjetividade padrão. Miller (2010, op.cit. p.186): *Qual é este padrão? Eu vou lhe dar um nome muito comum, é “estrelizar”[[5]](#footnote-5) o passante.(...) Na ECF, (...) a questão “haveria passe?” se tornou “vamos selecionar este passante para ser uma estrela da psicanálise?”.*

A nomeação pelo passe desempenha um papel importante na política de difusão da psicanálise. Miller (2010, p. 184-193)[[6]](#footnote-6) esclarece: *Há, no fundo, uma pequena tendência de que o júri do passe seja como o de uma audição ou de um*casting*, na medida em que ele não leva em conta somente o passe 1, mas também o passe 3, no interesse da Escola, da Escola Una, do Campo freudiano, no interesse superior da psicanálise [...] Este fator, é necessário dizer, é um pouco embaraçoso, pois, como resultado, há também uma retroação do passe 3 sobre o passe 1. Há como uma obrigação de ter o desejo de falar, o desejo de trabalhar. Eu diria até que seria necessário que uma análise leve ao desejo de se exibir, quer dizer que o passe tem alguma coisa do desejo do ator.*

O testemunho público do que uma análise revela de mais íntimo e mais êxtimo à subjetividade de cada um, deve nos ajudar a rever nossas posições acerca do gozo escopico na contemporaneidade. Como criticá-lo, se promovemos também nossa versão deste “gosto” voyeurista/exibicionista. Ó que é que nós, psicanalistas de orientação lacaniana, queremos provocar no público, quando deitamos sobre ele uma verdadeira enxurrada de narrativas sobre a experiência do inconsciente no divã. Demonstrar que o inconsciente não é íntimo? Demonstrar que neste terreno também não há mais nada de que se envergonhar? Mostrar ao público que os analistas são gente como todo mundo, com seus traumas, sintomas, angústias e inibições? Mostrar que não é mais preciso temer a assimetria de lugares de analisando e analista, que se experimenta no divã? Trata-se de democratizar a relação entre analisando e analista?

Porque foi preciso introduzir a experiência do divã no circuito do gozo com o olhar? É a vontade de ver e saber que anima a ciência, a motivação mais profunda? Sabemos que o gosto hipermoderno pela avaliação generalizada, como já desenvolvi anteriormente (Coelho dos Santos, 2010)[[7]](#footnote-7) propaga a nova “ordem de ferro”, ditadura da transparência do sujeito a si mesmo e aos seus pares na civilização. O direito ao segredo, à privacidade, à esfera íntima cede seu lugar ao imperativo de mostrar. A realidade psíquica é chamada a exibir-se no *reality show* dos meios de comunicação*.* Parece que a face de gozo do avaliacionismo é o crescimento do gosto pela exibição de si. Um questionário pode ser vivido como uma versão de entrevista concedida a um especialista. São difundidos na mídia padrões duvidosos de normalidade, engendrados por um discurso psiquiátrico menos semiológico e mais epidemiológico, em que a ideia de “homem médio” serve para produzir consenso social.

Sabemos muito bem que Freud ousou incluir a esfera mais íntima do sujeito no campo da *Weltanschauung* científica. A perspectiva cientifica lhe permitiu ampliar o campo do que se entendia até então por subjetividade para incluir nele o universo desconhecido das pulsões e do inconsciente. Vivemos hoje sob a ditadura de falar de si, mostrar-se, confessar-se. Freud foi o primeiro a comandar que se diga tudo mediante a regra fundamental da psicanálise. Mandamento impossível! Ele sabia colher o lapso, a hiância, a falha que se opunha ao cumprimento dessa injunção. Ele nos ensinou a reconhecer o sujeito, aí onde se manifesta, sempre velado, o desejo inconsciente. Por essa razão, não existe uma teoria do final da análise em Freud. A análise é interminável, tanto quanto o desejo é sempre velado. Para Lacan, diferentemente, toda análise é didática, pois a transmissão de um saber suposto e singular sobre o inconsciente conduz, sempre que a experiência é levada até o fim, à travessia do fantasma e à produção de um analista. O passe é um dispositivo inventado por Jacques Lacan com a finalidade de verificar se o testemunho de um analisando demonstra que ele atravessou o fantasma fundamental e chegou ao final de sua análise.

O dispositivo do passe, primeiramente definido como atravessamento do fantasma, foi redefinido por Miller (2010) como uma mutação no campo do gozo. O dispositivo do passe foi primeiramente um instrumento para-universitário (Miller et al., 1997)[[8]](#footnote-8), pois tem uma afinidade de estrutura com o relatório de tese para uma banca. Tratava-se da demonstração e da verificação de um possível final de análise. Um analista precisaria fazer um esforço a mais – teórico e científico – de construção de seu próprio caso. E nos dias de hoje? Qual é o padrão? Como lembramos acima, nas palavras de Miller (2010), o padrão nos dias de hoje é o desejo de exibir-se, desejo de ator. Porque Miller confessa tão abertamente que a função das nomeações é a de transformar os passantes em estrelas? Verificamos que a esfera íntima entrou no mercado, tornou-se mais uma mercadoria que se compra e se vende. A política do passe hoje é também essa? Inventamos o nosso próprio Big Brother?

1. Wajcman, G. L’Oeil absolu, Edition Denoel, Paris 2011 [↑](#footnote-ref-1)
2. MILLER, J.A. “**Nota sobre a vergonha**”. Em: Opção Lacaniana n. 38, dezembro 2003, pp. 8-18 [↑](#footnote-ref-2)
3. Coelho dos Santos, T, Do sujeito sujeitado à lei simbólica à normatividade supersocial dos corpos falantes, in: Coelho dos Santos et alli (orgs.) Os corpos falantes e anormatividade do supersocial, Cia de Freud, Rio de Janeiro, 2014 [↑](#footnote-ref-3)
4. Miller, J.A. (2014) L’inconscient et le corps parlant, in: http/www.wanapol.org/Template.asp, 2014 [↑](#footnote-ref-4)
5. No texto original, um anglicismo, *starifier.* [↑](#footnote-ref-5)
6. Miller, J.A. Haveria passe? aSEPHallus Revista de Orientação Lacaniana, v. V numero 10, maio-outubro, 2010 [↑](#footnote-ref-6)
7. Coelho dos Santos, T. Ditadura da homogeneidade ou direito ao gozo autista do sinthoma? In: aSEPHallus Revista de Orientação Lacaniana, v. V. numero 10, maio-outubro de 2010 [↑](#footnote-ref-7)
8. Miller, J.A. et alli *Le Conciliabule D’Angers,* Agalma/Seuil, Paris, 1997 [↑](#footnote-ref-8)